

Jaçanã (64,49); e na Leste, São Mateus (71,44). Na região Central da cidade destacava-se o distrito do Cambuci (80,59).

Embora se reconheça a concentração espacial dos homicídios nas áreas mais pobres da cidade, a associação direta entre pobreza e violência tem sido contestada por uma multiplicidade de estudos realizados por pesquisadores de diferentes ciências: antropologia, sociologia, economia, psicologia etc. Entre eles, cabe destacar o artigo de Cardia et al. (2003), autores que analisaram a relação entre o escasso acesso aos direitos econômico-sociais e o número de ocorrências de homicídios, na cidade de São Paulo. Conforme Cardia et al. (2003), as altas taxas de homicídios de certos distritos municipais estariam correlacionadas com: elevado crescimento populacional; grande proporção do grupo etário de 10 a 14 anos na população local; menor proporção de idosos; ausência de chefes do domicílio com renda alta; elevada concentração de chefes de domicílio com baixa escolaridade; alta densidade populacional; alta taxa de mortalidade infantil; menor acesso à rede de esgoto; e menor taxa de leitos em hospital por mil habitantes. Os autores afirmam que “não é a pobreza per si que explica as altas taxas de homicídio, mas a combinação de fatores que também sugere que as carências não são temporárias (conjunturais) porém se estendem no tempo” (CARDIA et al., 2003). As carências e as desigualdades sociais não são suficientes para explicar a evolução da criminalidade em geral e tampouco a adesão juvenil à violência, mas agiriam como fatores que colocariam certos grupos sociais em situação de maior exposição e risco de se

tornarem vítimas de ocorrências fatais (CARDIA et al., 2003, p. 61 - 62).

Já a idéia de “risco social”, que fundamentou políticas focalizadas de combate à pobreza nos anos 90, vem sendo substituída, nos documentos governamentais e internacionais sobre juventude, pela perspectiva da “vulnerabilidade social” (SPOSITO e CARRANO, 2003), que se tornou categoria explicativa para o fenômeno da violência, sendo definida, tal como segue, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco):

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. (ABRAMOVAY, 2002, p. 13)

A noção de vulnerabilidade social, embora tenha o mérito de se basear numa visão mais ampla das condições de vida da população (não limitada aos atributos de renda), implica a responsabilização do próprio indivíduo – munido das características, recursos e habilidades adequados e suficientes – pela incumbência de aproveitar as supostas oportunidades oferecidas por uma sociedade regida pelos princípios da competitividade e lucratividade do mercado. Uma vez identificados os fatores de vulnerabilidade, o combate à violência – cometida pela juventude ou contra ela – é direcionado à proposição de “políticas públicas que busquem